

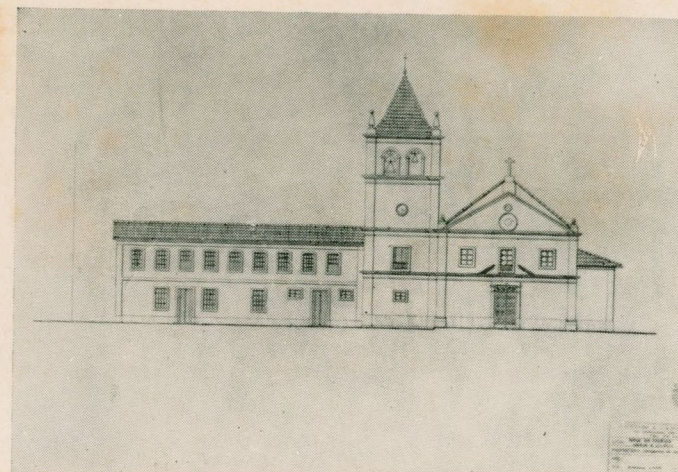
DADOS HISTÓRICOS DO ENGº ARQº
PROF. CARLOS GOMES CARDIM FILHO

Ex-Diretor do Departamento de Urbanismo de S. Paulo

PROJETO DO PÁTIO DO COLÉGIO

EM COLABORAÇÃO ARQUITETOS:

CARLOS A. GOMES CARDIM FILHO
LUCIANO O. F. GOMES CARDIM



CMP D' J. 10.29

Projeto do Pátio do Colégio

Projeto do Pátio do Colégio

Com os cumprimentos de

CARLOS A. GOMES CARDIM FILHO
ENG.º ARQUITETO E CIVIL

AV. IPIRANGA, 795 - 4.º ANDAR - SALA 412
TEL. 36-5675

SÃO PAULO
BRASIL

Projeto do Pátio do Colégio

Em colaboração dos arquitetos CARLOS
A. GOMES CARDIM FILHO, LUCIANO O.
F. GOMES CARDIM

Dados históricos do Eng. Prof. CARLOS
A. GOMES CARDIM FILHO, Ex-Diretor do
Urbanismo em São Paulo

São Paulo, esta Capital profetisada grande, entre as maiores, por Anchieta, tem o mérito de poder apresentar o seu atestado de nascimento, indicando, o ponto exato onde foi fundada, a 25 de janeiro de 1554.

Aquêle lugar no extremo de uma lança de colina, que descortina tôda uma várzea banhada pelo rio Tamanduateí que recebia, além, o Anhangabaú, tem uma história ligada aos primeiros dias de sua existência, quando aí os inacinos rezaram a primeira missa, plantando uma cruz e construindo com a ajuda dos índios uma cabana.

Era tão pequeno êsse fôgo, de 14 passos de comprimento e 10 de largura, mas grande na sua função, pois aquela cobertura de sapé sustentada por esteios improvisados tinha uma função de abrigo, de defesa, de escola, de enfermaria, de oficina e de fé; fé por um Deus que propagavam e pela grandeza futura dêsse embrião que trazia a energia irradiada na multiplicação das casas, ruas, templos e mais na penetração pelo sertão.

Foi um exemplo de sacrifício, de conquista e mesmo de ambição na procura da riqueza e da expansão territorial. Ação múltipla, amalgamando uma raça bandeirante, integrando um povo forte, mescla do português, do índio, mais tarde do negro e caldeado hoje com várias raças.

Com seu temperamento realizador, desbravador e sobretudo de empreendedor transformou-se em nossos dias no homem de empresa que também procura manter as tradições, que o desenvolvimento destrôe, na criação de novas funções dentro do organismo vivo da cidade.

Com estas palavras à guisa de introdução, queremos ressaltar o valôr de Pátio do Colégio, nome feliz dêsse logradouro público, pois, pátio, aí lembra o curro, de caráter defensivo e o colégio, aquêle casarão branco, de dois pavimentos onde êsses incansáveis jesuitas procuraram dar instrução a um povo que começava engatinhar por um território imenso.

O tempo desvirtuou êsses dois têrmos e a significação do local histórico, tanto no seu aspecto urbanístico como arquitetônico. Aquêle pátio cívico, tornou-se nos nossos dias, uma garage pública, cortaram a linda vista da colina em direção

a antiga várzea do Carmo (parque Pedro II), completando assim o que antigamente já tinham feito para sua mutilação, e desvirtuamento de seu destino, que era Colégio e Igreja, cortando suas alas de construção, reformando com mau gosto sua fachada, para dar abrigo a governadores gerais, palácio do governo com a consequente demolição da Igreja do Colégio.

Finalmente depois de tudo isso em nossos dias derrubaram a ala do colégio, então usada para Secretaria do Estado, restando somente, na época da sua restauração (1954) as paredes da torre da Igreja primitiva, num desafio à tradição paulista.

Há quase trinta anos, em 1941, José Mariano Filho, falando de "O Patrimônio artístico de S. Paulo", dizia: "O patrimônio artístico de São Paulo está a merecer medidas mais amplas de proteção. Se essas medidas não vierem a ser tomadas sem demora, dentro de poucos anos terão desaparecido os nobres vestígios da arte dos nossos antepassados. Dentro de treze anos a vila de Piratininga comemorará o quarto centenário de sua fundação. Nem sequer o templo venerando, onde na manhã de 25 de janeiro de 1554 o padre Manoel de Paiva celebrou "em misérrima casinha", a primeira missa no planalto, foi poupado à destruição brutal. São Paulo de hoje tem uma grande dívida de gratidão a resgatar com aqueles que, vencendo dificuldades insuperáveis, ali plantaram os fundamentos da civilização".

Desde 1890 já não se rezavam missa na Igreja do Colégio, deixada em abandono; em março de 1896 desabou o tecto que recobria a nave. Daí se seguiu a demolição da igreja e de sua torre, (1897) conforme nos relatou Afonso de Taunay.

E assim comentava a imprensa:

"Não havia, por certo, grande amor às tradições, nem ao patrimônio histórico da cidade quando se consentiu na demolição da Igreja do Colégio, em vez de transformá-la em monumento nacional. Mais do que qualquer outro documento vivo, a Igreja do Colégio estava inteiramente ligada à história de São Paulo. Puseram-na abaixo ... para aumentar de alguns metros o antigo Palácio do Governo e sua Secretaria do Interior". ("O Estado de São Paulo") — 11-5-1946).

Muitas relíquias dessa igreja ainda existem conservadas. Na fachada da Igreja S. Gonçalo, foi colocado o velho relógio que pertencera à Igreja do Pátio, dessas relíquias salvas pelos jesuitas além do vetusto mostrador do relógio, estão na fachada dessa Igreja que já pensam em demolir-la, a pedra redonda de granito em que estão esculpidas as letras I. H. S. encimada com a cruz. Também da Igreja S. Gonçalo, obtivemos parte dos pináculos, da torre da Igreja do Pátio, que foram reconstruídos, e a peça da cumieira do telhado da torre, a grimpá (catavento) de cobre, que restaurada, também está sobre essa torre, reconstruída por nós.

Entre as obras de arte já transportadas para o Pátio do Colégio consta o altarmór que estava na Igreja do Coração de Maria (Capela do Santíssimo) e que pertenceu à Igreja do Colégio. Uma lápide colocada na fachada da Igreja do Coração de Maria, nos relata:

Este santuario diocesano sob a inovação do immaculado coração de Maria foi erigido em substituição da primitiva Igreja do Collegio, construída no Largo do Palácio, nesta Capital, pelos Padres da Companhia de Jesus, e que foi demolida, por ameaçar ruína, em o anno de 1892.

A pedra fundamental se acha collocada na parte inferior da Base da Primeira Columna do Cruzeiro, ao lado do evangelho.

Até o dia de sua inauguração este santuario custou trezentos e vinte contos de reis, nelles incluídos duzentos e cincoenta contos de reis que o governo Diocesano applicou na construção.

O restante foi angariado entre os Fiéis da Diocese pelos Padres Missionários do Imaculado Coração de Maria, incumbidos na execução das obras.

Ao collocarem o altar na capela do Santíssimo, da Igreja do Coração de Maria, cortaram peças do retábulo, de forma a reduzi-lo em largura. São elementos que deverão ser reconstituídos, de acordo com a documentação que possuímos. Constitue esse altar uma das peças recuperadas mais preciosas do antigo Colégio, precisando de uma restauração devido às sucessivas pinturas que recebeu prejudicando sua belíssima obra de talha.

Devemos a transladação de todos esses elementos da toreutica de então, a compreensão e generosidade do Revmo. Padre Vigário Mons. José Mattos que atendeu ao nosso pedido, autorizando sua desmontagem e transporte para o Pátio do Colégio, doando assim este altar histórico. A 20 de setembro de 1968 o revmo. Pe. Viotti, autorizou os serviços de desmontagem cuidadosa, precedida de várias fotografias feitas pelo Departamento de Cultura da Prefeitura.

Reproduzimos um detalhe desse precioso altar e a inscrição de uma lápide de mármore citada, documentos que passam para a história.

Quando da demolição da Igreja do Pátio, para essa igreja, do Coração de Maria, foram transladados os restos mortais daqueles vultos que estavam enterrados na igreja, que depois foram retransladados solenemente à cripta da Catedral, destacando-se os restos mortais do grande Tibiriçá.

A história do Pátio do Colégio, que deveria ser divulgada nas escolas, a fim de lembrar o que os jesuitas fizeram pelo Brasil e especialmente por S. Paulo, ainda está para ser codificada para constituir a grande página cívica de gratidão dos paulistas. Este trecho do trabalho que Revmo. Padre Aristides Greve, S. J., escreveu, em janeiro de 1954, diz bem da obra Jesuítica: — "seis anos para dois séculos haverá que os Jesuitas deixaram o "Pátio do Colégio"!

Com efeito, prêso por ordem do Marquês do Pombal, na manhã de 3 de novembro de 1759, no ano seguinte à 21 de janeiro deixaram eles seu colégio e Seminário de Santo Inácio e sua Igreja do Senhor Bom Jesus.

Eram então quatorze sacerdotes, um escolástico e sete coadjutores. Dos quatorze sacerdotes, oito eram brasileiros...

A partida dos prêsos anunciada na leitura do decreto, verificou-se no dia seguinte. Todavia o povo era, juntamente, proibido de os acompanhar. Tão somente deviam acompanhá-los o governador, o Desembargador e Capitão-Mór. Apenas foi permitido levarem êles a própria roupa e uns poucos livros de devoção.

Precedido por cinco escravos, que vinham algemados por serem criminosos, os Jesuitas guardados por soldados armados, atravessaram as principais ruas de S. Paulo, ao som dos tambores e trompas.

Acorriam os moradores para beijar-lhes as mãos e encomendar-se às orações, mas, frequentemente eram impedidos de se aproximarem pelas coronhadas dos soldados.

Quase toda a população afluíu os pontos da cidade para a última despedida. Ali o pranto foi geral e tão grande que nem o governador pôde conter as lágrimas.

A expulsão dos Jesuitas foi grandemente deplorada pelo Bispo D. Frei Antonio da Madre de Deus Galvão, que não duvidou assegurar ao Desembargador: 1) — ficar o Brasil com ela privado de uma Ordem, tanto para a Igreja como para o Estado utilíssima; 2) — tão somente os Padres da Companhia de Jesus saberem lidar com os índios, e 3 — estar êle pronto a afirmar ambas as asserções diante do Rei, bem como confirmá-las com juramento”.

Quando nos perguntam sobre a reconstrução do Colégio e sua Igreja, dizemos estar fazendo uma obra de recreação, com honestidade e conhecimento do problema arquitetônico; que o colégio recreámos de acôrdo com a documentação existente, que a torre reconstruímos, em parte, dando a feição física do ano de sua reconstrução em 1683, terminada em 1964. Um depoimento de 1701 conta que a igreja era digna de se ver pela obra de talha dourada. Deve ser a mesma que existia na época de sua demolição.

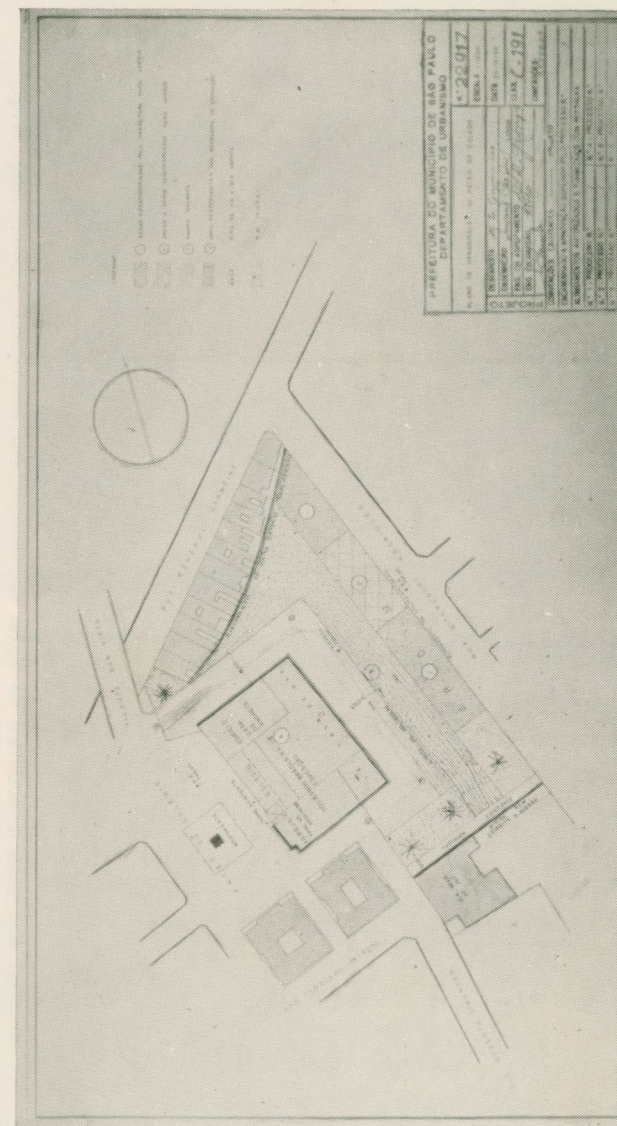
Com a documentação iconográfica, quando de sua demolição em 1897, fotografias tiradas por Pedro Hoenen, hoje arquivadas no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, pudemos elaborar o projeto da Igreja do Pátio.

Na construção do colégio e torre respeitamos suas fundações primitivas, mantendo o que foi encontrado, devidamente documentado, conforme planta que reproduzimos para servir a um estudo arqueológico que no futuro queiram realizar.

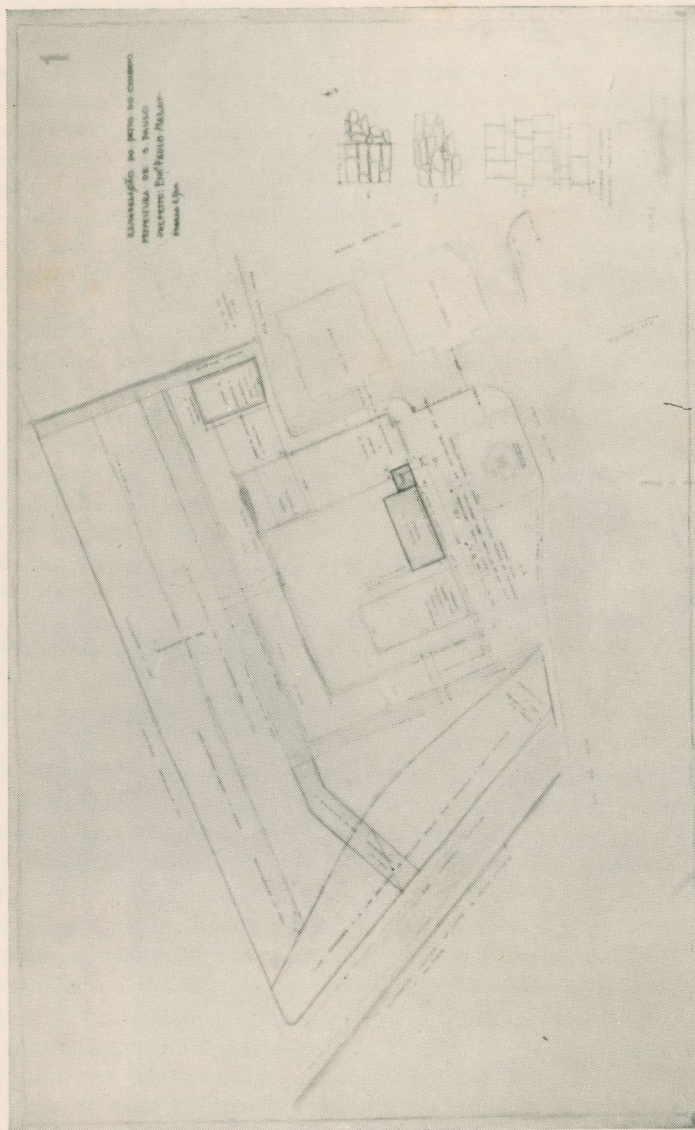
Além dessa documentação fotográfica surgida em véspera do IV centenário, tivêmos a indicação das plantas antigas dos levantamentos topográficos que compensaram a falta de documentação primitiva dos projetos dos Jesuitas.

Assim estamos fazendo sob o ponto de vista arquitetônico, reprodução dentro da nossa especialização, e do conhecimento da arquitetura colonial brasileira, aquilo que possuímos da iconografia da época de sua demolição, e, isso é o suficiente de acôrdo com a nossa vivência do problema, para “recrear” um monumento, na expressão sugerida por Guilherme de Almeida.

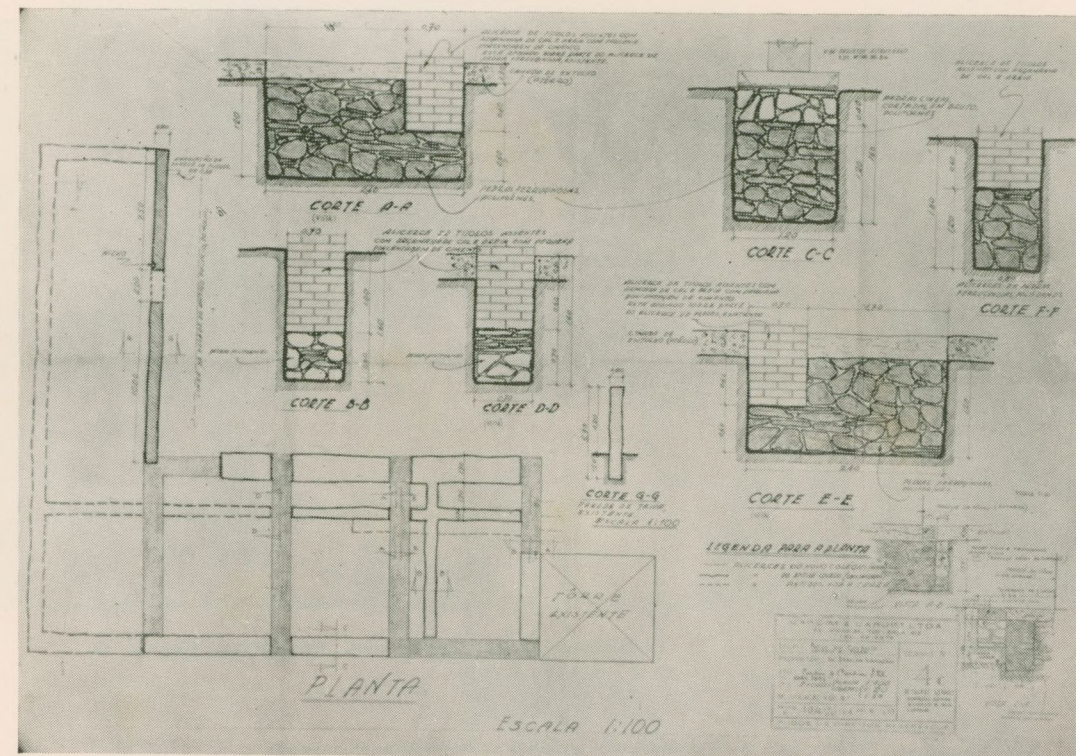
O monumento histórico da fundação de São Paulo, será com o arranjo urbanístico em execução atualmente, integrado às tradições de São Paulo, como mais um patrimônio a ser conservado, para lembrar aos paulistas que houve uma geração que sentindo a necessidade de reavivar a tradição quase destruída, num



Plano de urbanização do Pátio do Colégio, aprovado pela Lei M. nº 7356 de 19 de setembro de 1969 — Autor do projeto Arq. Luciano Gomes Cardim.



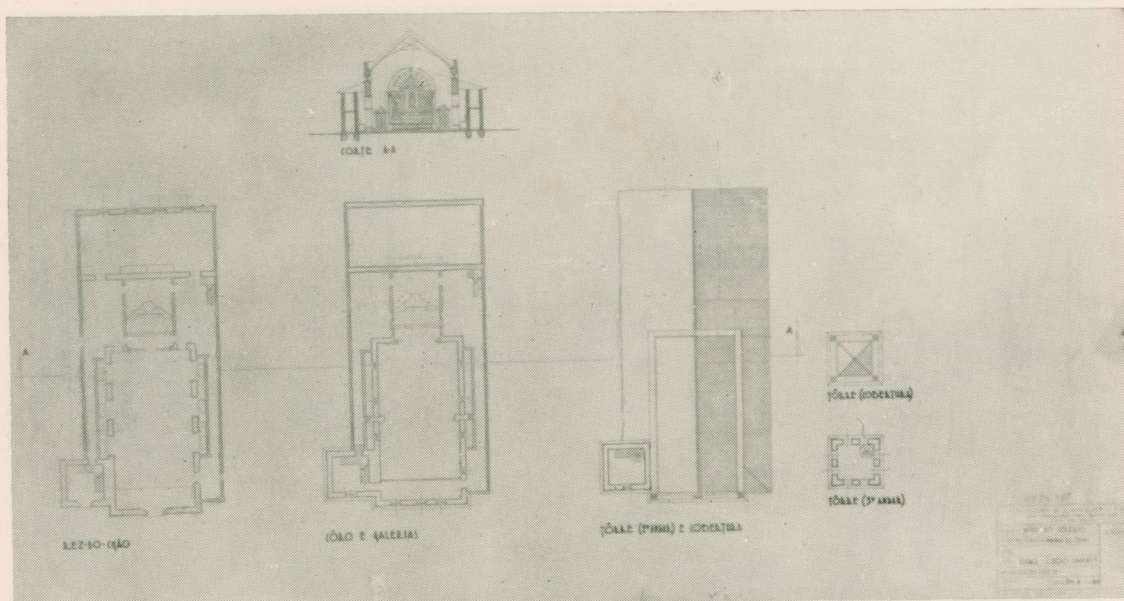
Detalhe do plano urbanístico do Pátio do Colégio, em execução. Autor: Eng.º Arq. Carlos A. Gomes Cardim Filho.



Pesquisas das fundações do antigo Colégio e torre, em suas várias fases, feitas em 24 de junho de 1957 pelos arquitetos Luciano Gomes Cardim e Carlos A. Gomes Cardim.



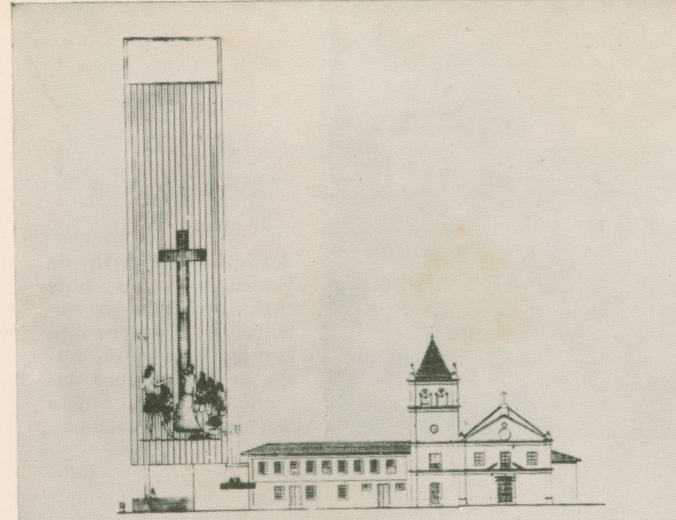
Obras em execução do plano do Pátio. Panorama que será visto do futuro belvedere. Lindeira à torre vê-se a área onde será construída a Igreja do Pátio do Colégio, vendo-se ao lado nos fundos o prédio da antiga Segurança Pública em fase de demolição.



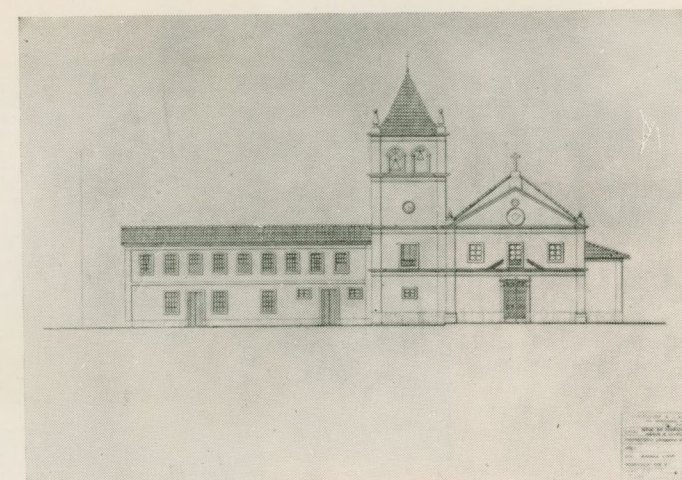
Plantas e corte da Igreja do Colégio. Reconstituição dos arquitetos Carlos A. Gomes Cardim Filho e Luciano O. F. Gomes Cardim.



Grimpa de cobre, restaurada que pertencia à torre do antigo Colégio, hoje recolocada na cumieira da torre da Igreja do Colégio.



Conjunto arquitetônico de autoria dos arquitetos Luciano O. F. Gomes Cardim e Carlos A. Gomes Cardim, vendo-se à esquerda a fachada do edifício, «Casa de Anchieta» projeto aprovado pela Prefeitura de S. Paulo, para Sociedade Brasileira de Educação e museu. Contém 17 pavimentos, 4 garagens subterrâneas e a 77m. de altura o mirante.



Fachadas já executadas do Colégio e torre, à direita a Igreja a ser construída.

O Colégio e sua Igreja em 1818, segundo desenho original de Ender. É o documento iconográfico mais antigo que do edifício se conhece.





Antiga Secretaria da Educação onde hoje está localizado o Colégio e a torre da Igreja. Fotografia antes de sua última demolição, feita pelo Governo do Estado.



Palácio da Presidência da Província de São Paulo, Secretaria do Governo e Igreja do Colégio. Fonte ornamental (1887).



A Igreja e o antigo Colégio onde então funcionavam o Palácio da Província, a Tesouraria Geral, o Correio Geral e as Coletorias (1862), segundo uma fotografia de Milião. Uma parada do corpo policial da Província.



Fotografia de 1897 da Igreja do Colégio onde se lê na verga da porta principal a data de 1681.



Detalhe do altar mór da Igreja do Colégio que se encontrava na Igreja Coração de Maria em São Paulo, doado ao Pátio pelo Revmo. Mons. José Mattos.

Igreja do Colégio demolida em 1897, fotografia que serviu de base para o projeto de reconstituição em execução.



Lápide na fachada da Ig. Coração de Maria onde é feita referência à Igreja do Pátio do Colégio.

feliz alarme e compreensão dos nossos dignos governadores, resolveu apoiar uma reconstituição histórica e com isso, reiniciam mais uma página para o livro de tradição da cidade pois nós vivemos, nos que vêm depois de nós, e a história do passado revivida em monumentos, é a história viva para a educação cívica no presente, uma das bases para despertar o sentido da Pátria.

Repito aqui o que já escrevi: Quando, em 1953, as picaretas dos empreiteiros demolidores do antigo Palácio do Governo, então ex-Secretaria da Educação, entraram em ação para destruir um dos últimos redutos da arquitetura do passado, na colina histórica, quando essa demolição tinha chegado à torre da primitiva igreja, local do gabinete do Secretário, os protestos do povo, com o apóio absoluto da imprensa, das associações de classe e dos intelectuais, atingiram tamanho vulto, que o Secretário da Viação de então, determinou que se interrompesse a demolição, para verificar o que havia de verdade sobre esse local e se convinha ou não conservar aquele resto de um glorioso passado histórico.

Conclusões positivas sobre seu valor histórico, a descoberta da primitiva parede de taipa de pilão que atravessou séculos escondida no corpo da ala do Palácio do Governo e que despertou a crítica da imprensa e o interesse público, fez com que o então Governador, Eng. Lucas Nogueira Garcez, sancionasse a Lei 2658 — de 21 de fevereiro de 1954, que dispõe sobre a doação de imóveis nesta Capital, à Companhia de Jesus, “área histórica para a reconstrução do antigo colégio, igreja e museu histórico, a Casa de Anchieta”.

Veio em seguida a “Campanha de gratidão aos fundadores de S. Paulo” iniciada, em 1955, angariando os meios para a execução das obras do colégio e a restauração da torre, construções essas, hoje já concluídas, executadas por Cardim & Cardim Ltda.

Vencida a primeira etapa, tinham os responsáveis pelo monumento, de complementar o programa traçado, e em parte imposto por Lei, urbanização de local histórico, construção da primitiva Igreja, na mesma área antiga, e a construção da Casa de Anchieta.

Problemas todos esses muito delicados e cheios de dificuldades, pois envolviam interesses da Prefeitura, do Estado e particulares, para a complementação dos novos estudos.

Graças ao Departamento do Urbanismo de São Paulo, que sentiu bem a questão apresentada em ofício pelo então dirigente do Pátio do Colégio, Revmo. Padre Castro, a grande visão administrativa do atual Prefeito Eng.º Paulo Maluf e compreensão elevada da Câmara Municipal, foi promulgada a Lei n.º 7356, de 19 de setembro de 1969, seguinte:

“Aprova plano de urbanização do Pátio do Colégio, no 1.º subdistrito — Sé, e dá outras providências.

PAULO SALIM MALUF, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Câmara Municipal, em sessão de 10 de setembro de 1969, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1.º — De acordo com a planta anexa n.º 22.917 C — 191, do arquivo do Departamento de Urbanismo, rubricada pelo Presidente da Câmara e pelo Pre-

feito como parte integrante desta lei, fica aprovado plano de urbanização do Pátio do Colégio, no 1.º subdistrito — Sé, consistente no seguinte:

I — Ampliação do Pátio do Colégio, incorporando área situada entre as divisas de fundo dos imóveis do lado par da Rua General Carneiro; a Rua Bitencourt Rodrigues; o alinhamento da passagem existente entre as Ruas Roberto Simonsen e Bitencourt Rodrigues; e a área da Sociedade Brasileira de Educação, conforme a Lei estadual n.º 2658, de 21 de fevereiro de 1954;

II — Fixação de alinhamento da área adjacente ao imóvel da Sociedade Brasileira de Educação e à de que trata o artigo 4.º.

Art. 2.º — As construções, reconstruções ou reformas nos imóveis situados à Rua General Carneiro, lado par, no trecho compreendido entre o Viaduto Boa Vista e a Rua Bitencourt Rodrigues, bem como nos lindeiros à passagem mencionada no item I do artigo 1.º, localizados entre o limite do projeto belvedere a mesma Rua Bitencourt Rodrigues, não poderão possuir qualquer modalidade de acesso ao longo dos alimentos ora aprovados, em relação aos quais, igualmente, não deverão ter recuo, sendo-lhes permitida, apenas, servidão de ar e luz.

Art. 3.º — O ajardinamento da rampa assinalada na planta referida no artigo 1.º, obedecerá a projeto a ser elaborado pelo Departamento de Urbanismo, dentro de 3 (três) meses, a contar da publicação desta lei.

Art. 4.º — Fica o Executivo autorizado a doar à Sociedade Brasileira de Educação, para fins de reconstrução da Igreja histórica do Pátio do Colégio, área de propriedade municipal, ora transferida da classe dos bens de uso comum do povo para a dos bens patrimoniais configurada na planta integrante desta lei, e que assim se descreve:

Área delimitada pelo perímetro 1—2—3—4—5—6—7—8—9—1, de formato irregular, com cerca de 691,10 m² (seiscentos e noventa e um metros e dez decímetros quadrados), confrontando: pela frente (linha quebrada 3—4—5—6—7), na extensão total aproximada de 19,50 metros, segundo o alinhamento do Pátio do Colégio, com esse mesmo logradouro; pelo lado direito (linha quebrada 7—8—9—1), de quem da área olha para o Pátio do Colégio, na extensão total aproximada de 37,20 metros, com área de propriedade da Sociedade Brasileira de Educação; pelo lado esquerdo (linha reta 2—3), na extensão aproximada de 35,00 metros, segundo alinhamento do Pátio do Colégio, com esse mesmo logradouro; pelos fundos (linha reta 1—2), na extensão aproximada de 19,50 metros, com área pertencente ao Estado.

Art. 5.º — Fica o Executivo autorizado a promover entendimentos com o Governo do Estado, para a realização de eventuais acórdos que se fizerem necessários à execução do plano de que trata a presente lei.

Art. 6.º — Fica revogada a Lei n.º 6112, de 20 de novembro de 1962, mantidas as disposições de seu artigo 3.º.

Art. 7.º — Os imóveis particulares atingidos pelo plano ora aprovado são declarados de utilidade pública, para efeito de desapropriação, ficando a Prefeitura autorizada a efetivar as desapropriações dentro do prazo de cinco anos, contados da data desta lei.

Art. 8.º — As despesas com a execução desta lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias.

Art. 9.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 19 de setembro de 1969, 416.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito, *Paulo Salim Maluf*.

O Secretário de Negócios Internos e Jurídicos, *José Luiz de Anhaia Mello*.

O Secretário das Finanças, *Fernando Ribeiro do Val*.

O Secretário de Obras, *Sérgio Roberto Ugolini*.

Publicada na Diretoria do Departamento de Administração do Município de São Paulo, em 19 de setembro de 1969.

O Diretor,

Alberto Nicolau, respondendo pelo expediente do Departamento de Administração do Município de São Paulo."

A vista das disposições da Lei, o sr. ilustre Prefeito da Capital, deu as verbas necessárias para o início das obras previstas de urbanização dessa zona histórica, que estão em franca execução sob a fiscalização do eng.º arq.º Carlos A. Gomes Cardim Filho.

Além desses trabalhos, estuda-se no momento, novas desapropriações, para a integração da zona a ser urbanizada e a garantia de servidão de vista para o mirante em execução, com as novas disposições paisagísticas.

O Governo do Estado, compreendeu a importância desse melhoramento e a necessidade de preservação dessa área histórica, autorizando as obras nas áreas pertencentes ao Estado, e, concordando com a demolição do prédio obsoleto, onde funcionava a antiga Secretaria da Segurança. Com essa medida poderá ser concluída a urbanização desse local, conforme se verifica da fotografia aérea que apresentamos.

No momento, estão sendo feitos outros estudos para sua urbanização, além dos acima citados, visando os prédios da Cia. de Gaz, hoje pertencentes ao Município, que seriam transformados em Museu, estudos sob a responsabilidade do dinâmico Grupo Executivo do Planejamento da Prefeitura, presidido pelo urbanista eng.º Luiz Gomes Cardim Sangirardi.

Por esta simples exposição verifica-se que muito ainda há por fazer, e da necessidade do entendimento entre os poderes Municipal e Estadual, da compreensão dos elementos dirigentes da Sociedade Brasileira de Educação, representada pelo brilhante historiador Pe. Viotti, da dedicação em nossos estudos urbanísticos e da ação eficiente e colaboração do arquiteto Luciano O. F. Gomes Cardim, sem falar no apóio sempre presente das associações que defendem a integridade do Pátio do Colégio para a vida cívica de Piratininga.

Saint-Hilaire, correu o Brasil de 1819 e permaneceu entre nós 6 anos, e em São Paulo descrevendo o antigo convento dos Jesuitas, quando já habitado por capitães-generais, disse: quem se posta nas janelas do palácio, do lado que dá para o campo, desfruta uma vista deliciosa, — a da planície que já descrevi".

... Essa vista vai ser restituída aos paulistas com a formação do belvedere e lei de servidão de vista para as construções na frente que vai do mirante ao

parque Pedro II, graças ao interesse que tem demonstrado pelo local histórico o ilustre engenheiro Paulo Maluf.

Mais um pouco de história do Pátio.

"Dali saíam as Bandeiras, depois das Entradas.

Para ali ocorreu o povo, quando em 1640, pela primeira vez, os denodados soldados de Santo Inácio foram expulsos da Capitania" (Aureliano Leite), Taunay assim relatou:

"Agravou-se, e muito, a tensão depois de 1618, quando a grande bandeira de Manuel Prêto e Raposo Tavares, trouxe de Guará grande número de cativos das reduções inacianas.

Depois de vários incidentes houve o assalto, em 1633, da aldeia jesuítica de Barueri pelos adversários da Companhia chefiados por Antonio Raposo Tavares.

A incompatibilidade culminou com os acontecimentos de 1640, sendo os Jesuítas expulsos do seu Colégio por pretenderem fazer com que recente breve do Papa Urbano VIII sobre a liberdade dos índios fôsse obedecido.

Treze anos duraria este exílio. Com a retirada e ausência dos seus proprietários ficaram seu Colégio e Igreja sobremaneira danificados.

Em 1653 faziam os Jesuítas as pazes com os adversários, mercê, sobretudo, da intervenção de Fernão Dias Pais".

A primeira Igreja e Colégio foi inaugurada em 1566 em substituição a velha cabana improvisada para a fundação de São Paulo.

Em 1585, Fernão Cardim descreveu o colégio "bem instalado, quando de sua visita dispunha de 8 cômodos de sobrado, forrados e oficinas bem acomodadas"...

Em 1667-1671 durante o reitorado do Padre Lourenço Cardoso trataram de erguer colégio e igreja novos (Taunay).

Em 1681 todo o edifício recebeu consideráveis reparos custeados por Dona Leonor de Siqueira e Dona Angela de Siqueira. Na verga da porta principal da Igreja, quando da demolição em 1897 constava a data 1681.

De 1683 em diante construíram a torre da igreja sob o reitorado do Padre Manoel Correia completaram a reconstrução em 1694. E em depoimento de 1701 consta que a igreja era digna de se ver pela obra de talha dourada.

Em 1727 concluía-se o aumento do colégio com grande ala perpendicular que fazia quadro na frente da praça.

De 1741 a 1745 passou a igreja por grandes obras, pois as suas paredes exigiam sérios reparos e a 21 de outubro de 1745 reabriu-se ao culto com grande solenidade.

Um dos altares renovados, ficou reservado para o futuro culto a José de Anchieta cuja canonização se esperava para breve.

Sete eram os altares, um de capela-mór (que foi parcialmente trasladado, depois de sua demolição em 1897 para a Igreja do Coração de Maria), e seis na nave, três de cada lado.

Em 1759-1760 foram prêso e expulsos pela segunda vez os Jesuítas e confiscados os seus bens.

Em 1765 já expulsos os Jesuítas e confiscados seus bens, foi o colégio transformado em palácio dos Capitães Generais Governadores de São Paulo. Morgado Mateos foi o primeiro que nele habitou.

Em 1881 com o governador Florêncio de Abreu, foi demolida a ala perpendicular que se estendia pela parte fronteira.

Em 1886, no governo de João Alfredo foi feita a modificação total da fachada, perdendo o caráter do colégio jesuítico; essa data constava do frontespício da fachada principal.

A igreja permaneceu de pé até 1896. Houve demanda entre a Cúria e o Governador, cinco anos antes de sua demolição, permanecendo fechada a igreja nesse tempo, até que foi desapropriada e demolida, dando-se à torre a feição de cupula renascentista, coberta de chapa de chumbo, permanecendo assim até 1954 quando o Governador Garcez sancionou a Lei de 21 de abril de 1954.

A pedra fundamental do conjunto atual obra arquitetônica dos arquitetos Carlos A. Gomes Cardim Filho e Luciando Otávio Gomes Cardim, foi lançada no dia 25 de janeiro de 1954 solenemente.

A restauração deveria lembrar o primitivo conjunto como determina a lei de doação do governo do Estado — Colégio e Igreja — acrescentando-se-lhe no edifício, Museu Colonial, denominado "Casa Anchieta". As obras depois de aprovadas pela Prefeitura de São Paulo, em 1957, foram iniciadas em maio do mesmo ano, custeadas com o dinheiro arrecadado durante a "Campanha da Gratidão" de 1956.

Dizia em 1961, J. Nunes de Vilhena, saudoso historiador: "O edifício, reedificado em parte, é um Monumento Histórico, mas, monumento-colégio, que funcionará recordando as nossas origens com as suas sagradas tradições, qual marco fundamental de nossa civilização

Ao apontá-lo dirão todos: "Aqui nasceu S. Paulo e este edifício é o seu marco inicial".

SEPARATA
DA REVISTA DO ATENEU PAULISTA
DE HISTÓRIA
Maio — 970 — Nº 7